



Adendo ao PARECER ÚNICO Nº 1171453/2015 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 00378/1996/011/2010	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Revalidação da Licença de Operação		VALIDADE DA LICENÇA: 05 anos

EMPREENDEDOR: Alesat Combustíveis S.A	CNPJ: 23.314.594/0001
EMPREENDIMENTO: Alesat Combustíveis S.A	CNPJ: 23.314.594/0001
MUNICÍPIO: Betim – MG	ZONA: Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):	LAT/Y 19°57'36.00"S LONG/X 44° 5'54.00"O
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:	
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO
<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
BACIA FEDERAL: Rio São Francisco	BACIA ESTADUAL: Rio Paraopeba
UPGRH: Recursos Hídricos do Rio Paraopeba	SUB-BACIA: Córrego do Pintado
CÓDIGO: F-02-4-6	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04): Base de Armazenamento e Distribuição de Lubrificantes, Combustíveis Líquidos Derivados de Petróleo, Álcool Combustível e Outros Combustíveis Automotivos.
CLASSE 5	
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Junio César Ferreira Anezio	REGISTRO: ART 14201400000001657207
RELATÓRIO DE VISTORIA: 54097/2015	DATA: 01/06/2015

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Daniel dos Santos Gonçalves – Gestor Ambiental (Gestor)	1.364.290-5	
Jose Alves Pires – Gestor Ambiental	1.012.157-2	



1. Introdução

Trata-se de processo administrativo de licenciamento ambiental, em trâmite na Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana – SUPRAM/CM, em que figura como empreendedor a Alesat Combustíveis S.A, CNPJ: 23.314.594/0001-00, situada na Rodovia BR 381, Km427 (zona rural) em Betim/MG. O referido processo esteve inicialmente em pauta no dia 30/06/2015, 86ª Reunião Ordinária URC Rio Paraopeba, oportunidade na qual foi solicitado vistas pelo representante do Ministério Público Dr. Felipe Faria de Oliveira. Em 28/07/2015, 87ª Reunião Ordinária URC Rio Paraopeba, o parecer de vistas do Ministério Público ressaltou a necessidade de baixa em diligência para esclarecimento dos seguintes quesitos:

1 - avaliação definitiva do órgão ambiental quanto à suficiência e adequação dos estudos realizados em 2005 pela HAZTEC e em 2015 pela Terra Brasil referentes à subsistência de contaminação do solo e água subterrânea no empreendimento ou se persistia (e talvez ainda persista) a necessidade efetiva de remediação da área contaminada;

2 - avaliação qualitativa do desempenho ambiental do empreendimento, considerando o real grau de gestão da contaminação do solo e de gestão dos efluentes líquidos e resíduos sólidos da empresa, considerando que não foram apresentados diversos relatórios, e que, dentre os apresentados, muitos foram considerados insatisfatórios conforme a DN COPAM/CERH-MG nº01/2008.

Nesse sentido, o órgão ambiental acatou o pedido de baixa em diligência devido ao surgimento de novo estudo realizado pela Terra Brasil, em julho de 2015, cujas informações ainda eram desconhecidas pelo mesmo.

2 – Resposta ao questionamento do pedido de baixa em diligência.

Quesito 1 – Avaliação acerca da suficiência e adequação dos estudos realizados referentes à contaminação do solo e água promovida pelo acidente ocorrido em 1999 e avaliado pela HAZTEC em 2005.

Comentários: O empreendimento em questão apresentou as análises de solo e água no ponto PM-07A. Segundo consta nas coordenadas este ponto é próximo PM-07. Os realizados foram feitos coletando amostra a 1,65 m e não apresentou sinais¹ do BETEX (Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xileno). Não sendo com isso observado indícios de contaminação do solo e água subterrânea.

¹ As concentrações eram inferiores aos limites de detecção do aparelho (0,006 mg/kg para solo e 0,001mg/L para água).



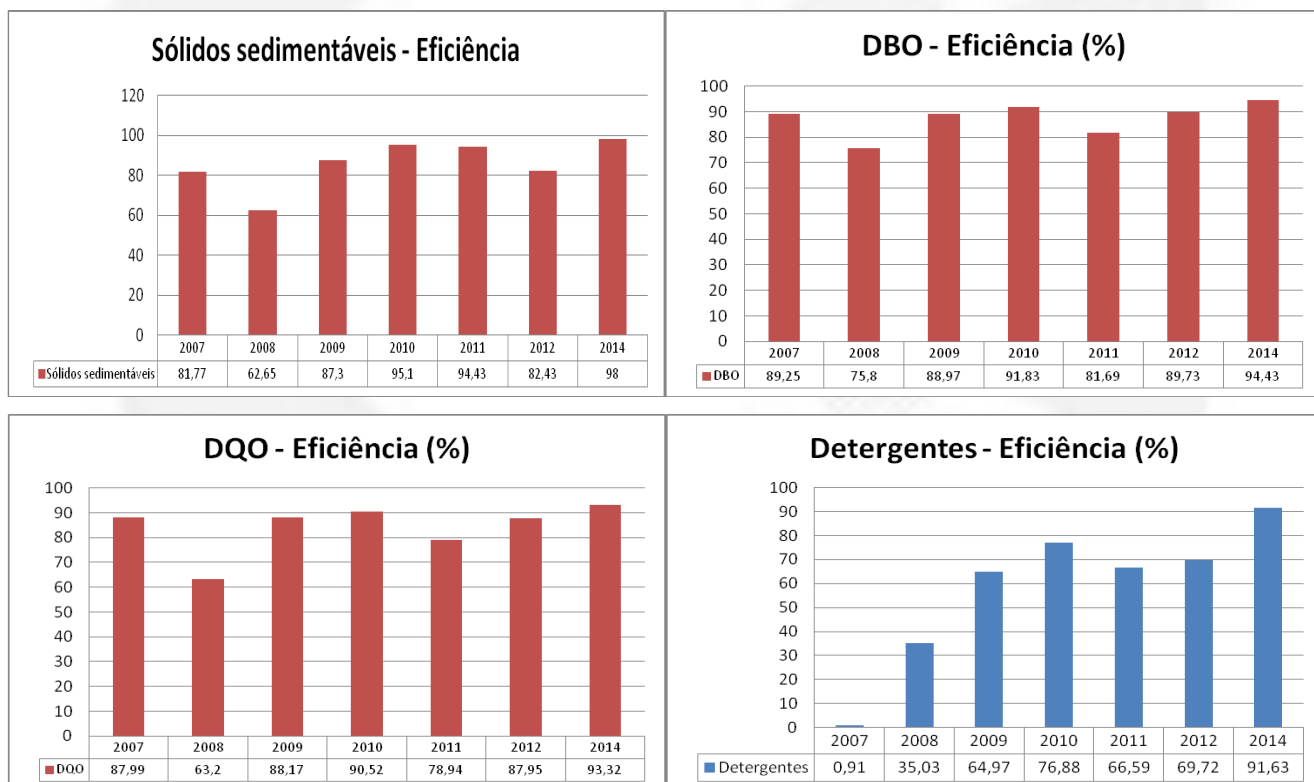
Quesito 2 - avaliação qualitativa do desempenho ambiental do empreendimento, considerando o real grau de gestão da contaminação do solo e de gestão dos efluentes líquidos e resíduos sólidos da empresa, considerando que não foram apresentados diversos relatórios, e que, dentre os apresentados, muitos foram considerados insatisfatórios conforme a DN COPAM/CERH-MG nº01/2008.

Tendo em vista que a maioria dos resultados apresentados pelo empreendimento estava dentro dos limites estabelecidos ou pouco acima dos mesmos.

Tendo em vista que o empreendimento vem apresentando nos últimos resultados seqüenciais comprovando com isso melhoramento na gestão das condições.

Tendo em vista que fora lavrado Auto de Infração de nº. 6516/2015 por descumprimento de condicionantes da licença de operação de nº. 169.

Tendo em vista que a eficiência do tratamento feito pelo empreendimento tem apresentado melhorias significativas.



Tendo em vista que foram detectados problemas na ETE, já sendo apresentados planos de ação para melhoria dos resultados e a mesma encontra-se em processo final de readequação.

Tendo em vista que o empreendimento apresenta-se de forma receptiva não negando e/ou dificultando a disposição dos dados analisados.

Conclui-se que o empreendimento está apresentando melhorias.



Somados a estes fatos apresentados pelo empreendimento, ainda existem condicionantes colocadas nesta Revalidação de Licença de Operação, como :

01 Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.

O qual mantém as análises de Resíduos sólidos e oleosos e efluentes líquido. Tendo como base orientativa a Deliberação Normativa COPAM de n.º 165, publicada em 11 de Abril de 2011, na qual diz:

§ 2º. O responsável por fonte efetiva ou potencialmente poluidora deverá registrar e justificar junto à Superintendência Regional de Regularização Ambiental qualquer uma das não conformidades relativas à execução do Programa de Automonitoramento listadas a seguir, informando as medidas corretivas adotadas, com respectivo cronograma de execução:

- a) falha na realização de coletas e análises em um ou mais pontos;*
- b) falha no atendimento à frequência estabelecida para coletas e análises;*
- c) falha na realização de análise de um ou mais parâmetros;*
- d) descumprimento aos limites estabelecidos pela legislação estadual ou federal para um ou mais parâmetros previstos no Programa de Automonitoramento o empreendimento deverá além de manter o monitoramento, tomar*

03 Enviar relatório trimestral, a contar da data da concessão da licença, relatando todas as ações tomadas e em andamento, relativas ao Cronograma de Ações proposto e aceito pelo órgão ambiental, para adequação do sistema de controle dos efluentes líquidos do empreendimento

O qual reforça o controle e eficiência do mesmo.

04 Proceder com o ajuste dos relatórios de resíduos sólidos enviados ao órgão ambiental, com o objetivo de registrar corretamente (e não por meio de médias) a quantidade de resíduos sólidos gerados, bem como a sua correta destinação.

Buscando melhorar a qualidade no controle e destinação dos resíduos.

05 e 06

- **Apresentar o relatório final referente ao Cronograma de Ações proposto para adequação dos sistemas de controle dos efluentes líquidos**
- **Relatar e justificar ao órgão ambiental quaisquer atrasos na execução do Cronograma de Ações proposto.**



Buscando verificar a efetividade do cronograma e os resultados alcançados com o mesmo.

07 Informar ao órgão ambiental, anualmente, os treinamentos ministrados aos funcionários da Alesat - referentes aos simulados de emergências realizados - e apresentar a lista de presença aos mesmos. O documento deverá trazer o número de funcionários da empresa à época do treinamento, o número de treinandos, bem como justificar as ausências.

Procura manter a equipe preparada para ações emergenciais a fim de mitigar os impactos e a aumentar a segurança.

08 e 09

- **Manter o AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - do empreendimento sob validade.**
- **Apresentar relatório com a descrição das inspeções realizadas nos tanques de armazenamento de combustíveis, contendo, quando necessárias, as medidas corretivas das inconformidades encontradas. A entrega deverá ser efetuada de acordo com o prazo estipulado pela Norma Técnica Petrobrás 2318/2013 .**

Procuram garantir o reforço na fiscalização e cumprimento de normas de segurança.

Obs.: Tendo em vista que já foi realizada a avaliação ambiental pedida no item 02 das condicionantes, pede-se a retirada da mesma.

3. Conclusão

Tendo em vista que empreendimento em questão teve durante os anos de 2009 a 2012 problemas relacionados à periodicidade e valores encontrados nos levantamentos de efluentes sanitários, o qual implicou na elaboração do Auto de Infração nº 6516/2015, por descumprimento desta condicionante (Nº 14) da Licença de Operação 169.

Tendo em vista que o mesmo vem apresentando melhorias no processo de tratamento de efluentes, além da melhor periodicidade nas coletas.

Tendo em vista que através do relatório de levantamento histórico ambiental apresentado, ressaltando o ponto PM 07, o qual constatou a inexistência de contaminação no solo e na água, além das condicionantes supracitadas, pode-se concluir que o empreendimento tem condições de continuar em operação obtendo assim a renovação da Licença de Operação.